

A grande preparação

98 NOV 1985

CORREIO BRAZILEIRO

Tendo como ponto de fuga o monstruoso deficit público, em montante superior a Cr\$ 280 trilhões, herdado do espólio da Velha República, o Governo, mediante uma série de medidas pleiteadas junto ao Congresso Nacional, está buscando meios e fins para tentar o equilíbrio nas finanças do País no próximo ano fiscal.

Depois de uma série de procedimentos táticos de consultas e aconselhamento, chegou ao Parlamento o pacote econômico, agilizando um conjunto de medidas em cujos propósitos buscará, já para os fins de 1986, o nivelamento entre a receita e a despesa da União, aquietando o Cérbero que monta guarda sobre os diferenciais entre os deves e os haveres públicos do Tesouro Nacional.

Para fazer frente às macrodimensões do débito, as operações de crédito se antecipam sob formas abrangentes jamais conhecidas entre nós, numa ousada empreitada que vai mobilizar em graus máximos a economia do País, num teste definitivo para saber das suas potencialidades. A inflação, os salários, os aluguéis, os rendimentos das cedernetas de poupança e todos os demais títulos do mercado financeiro, arrolando-se, ainda, a variação cambial, serão tabulados em um único índice. A partir do próximo dia 1º de janeiro os fatores que influenciam o capital e o trabalho terão tratamentos idênticos, escalando nas mesmas proporções. O IGP, até aqui levantado pela Fundação Getúlio Vargas, deixa de existir. Em seu lugar vai ficar o INPC "ampliado", avaliado e medido pela Fundação IBGE. A sorte está lançada. A Nova República chega afinal às fronteiras da Gália, promovendo os ajustes para se implantar em busca de conquistas duradouras para consolidar-se definitivamente.

A criação de uma Secretaria do Tesouro, no âmbito do Ministério da Fazenda, vai estruturar uma administração unificada dos gastos públicos, através da qual a massa crítica dos dispêndios do País terá um gerenciamento contado e medido e por cujas rubricas nada deixará de ser corretamente apreciado. Vão ser vendidas dezessete empresas estatais, ampliando a geração fiscal entre dez e quinze trilhões de cruzeiros, além de diminuir gastos com uma economia superior a Cr\$ 10 trilhões. Também os juros da dívida interna serão reduzidos, esperando-se recuperação da ordem de Cr\$ 35 trilhões. As estatais, com preços administrados, serão favorecidas com reajustes tarifários acima da inflação, abrindo espaço para retornos de até Cr\$ 10 trilhões nos ganhos a serem contabilizados. As retenções do imposto de renda na fonte ficarão restritas aos ganhos compreendidos entre vinte e trinta salários mínimos, com pequenos acréscimos. Estarão isentos deste imposto os vencimentos de até cinco salários mínimos. Entre oito e vinte salários mínimos o IR na fonte será drasticamente reduzido, podendo essa queda ir até 75%.

O imposto de renda nas operações de open será substituído pelo IOF, pagando mais as operações de curto prazo. Registre-se, por oportuna, a grita dos estados e dos municípios que com esta alteração terão reduzidos os montantes do FPM e do FPE e para cuja formação concorrem o IR e o IPI. O Imposto sobre Operações Financeiras não forma entre as alíquotas dos fundos de participação.

Outra grande inovação diz respeito às grandes empresas, com faturamento anual superior a quarenta mil ORTNS. Elas estarão obrigadas a declarar suas

rendas duas vezes ao ano, com as respectivas contribuições também efetivadas semestralmente.

No plano administrativo a busca da racionalidade para gerar economia será uma preocupação constante. A criação de um Conselho Interministerial de Remuneração e Proventos vai controlar gastos com salários, havendo ainda limites no número de horas extras, além de uma viva avaliação para extinguir órgãos ociosos, permanecendo válida a proibição para a contratação de pessoal, a qualquer pretexto. Nesse particular são amplos os horizontes, numa guerra permanente ao desperdício tanto na administração direta quanto nas de gerenciamento indireto.

As prioridades sociais, todavia, vão ganhar novas dimensões, tornando-se bem mais abrangentes. A maternidade e a infância — gestantes e nutrizes e também as crianças — receberão um tratamento assistencial em termos de alimentação, saúde e educação sem precedentes entre nós. A renda escolar ocupará todo o calendário gregoriano, à exceção dos sábados e domingos. Os medicamentos terão um apoio financeiro da ordem de Cr\$ 20 bilhões, sendo distribuídos aos estados em proporções capazes de atender a 70% das doenças comuns que assolam a população deste País.

A grande arrancada será no correr do ano de 1986. As esperanças se renovam no sentido de uma confiança que não poderá deixar de ser confirmada. A Nova República está deixando as terras enganosas das promessas para ingressar no campo veraz das realizações. Que a messe seja generosa e abundante, desde que ávidos e carentes estão milhões e milhões de brasileiros, de há muito aguardando os acenos do bem-estar e da prosperidade.